



## COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

### Relatório

#### **Participação da Assembleia da República na Conferência dos Presidentes das Comissões de Assuntos Europeus dos Parlamentos Nacionais da UE e do Parlamento Europeu - reunião preparatória da XLV COSAC - (Budapeste, 10 e 11 de Fevereiro de 2011)**

**Membros da delegação:** Presidente da Comissão de Assuntos Europeus (CAE), Vitalino Canas (PS); Bruno Dias Pinheiro (Representante Permanente da Assembleia da República junto da UE).<sup>1</sup>

A Conferência dos Presidentes das CAE dos Parlamentos nacionais (PN) e do Parlamento Europeu (PE) foi conduzida pelo Presidente da Comissão de Assuntos Europeus do Parlamento húngaro, Richárd Hörcsik. Toda a documentação da reunião pode ser encontrada em:

<http://www.cosac.eu/fr/meetings/Budapest/chairs/>

A abertura da reunião foi feita pelo Presidente do Parlamento húngaro, László Kövér, que deu as boas-vindas aos Presidentes da COSAC e aludiu às prioridades da Presidência húngara do Conselho da União Europeia (UE). Em seguida, referiu-se às várias reuniões interparlamentares que serão organizadas neste primeiro semestre de 2011, no âmbito da dimensão parlamentar daquela Presidência<sup>2</sup>.

#### **1. Apresentação das conclusões da troika e adopção da agenda**

Em seguida, o Presidente da Comissão de Assuntos Europeus do Parlamento húngaro, Richárd Hörcsik, Presidente em exercício da COSAC, colocou à consideração dos Presidentes a agenda<sup>3</sup> desta Reunião, que foi aprovada por consenso.

Relativamente à reunião da troika realizada na véspera, mencionou as principais decisões aí tomadas, começando por referir que o Presidente da Comissão Europeia não poderá estar presente, sendo substituído pelo Vice-Presidente daquela instituição responsável pelas relações com os Parlamentos nacionais (PN), Maroš Šefčovič.

No que concerne ao discurso sobre o estado da União, referiu que havia sido convidado o Presidente da República italiana, Giorgio Napolitano, que não poderá estar presente.

Neste momento, informou a COSAC de que serão convidados Jacques Delors, ex-Presidente da Comissão Europeia, e Donald Tusk, 1º Ministro da Polónia.

Sobre os temas a tratar, anunciou que será dado um particular enfoque à temática da governação económica e do semestre europeu. Por outro lado, e a pedido do Parlamento federal belga, a intervenção dedicada à Conferência de Presidentes de Parlamentos da UE (CPPUE) verá o seu título alterado para *Relatório sobre os procedimentos da CPPUE*.

<sup>1</sup> A lista de participantes pode ser consultada em <http://www.cosac.eu/fr/meetings/Budapest/chairs/participants.pdf/>

<sup>2</sup> Este calendário pode ser consultado em <http://www.parlament-eu2011.hu/en/events>

<sup>3</sup> Disponível em <http://www.cosac.eu/fr/meetings/Budapest/chairs/agenda.pdf/>

Do ponto de vista procedimental, o Presidente da COSAC manifestou a intenção de apresentar propostas cirúrgicas de revisão do Regulamento da COSAC, designadamente no que diz respeito ao regime linguístico<sup>4</sup> e à nomeação do membro permanente do Secretariado da COSAC.

Por outro lado, o sumário do relatório bianual<sup>5</sup> foi aprovado nos termos constantes do projecto de sumário distribuído às delegações.

Finalmente, a Presidência referiu-se às cartas enviadas por várias delegações, tendo começado por referir a missiva transmitida pelo Parlamento dinamarquês, na qual solicitava que a COSAC debatesse a lei de imprensa húngara, recentemente aprovada, e que sido alvo de fortes críticas por parte de alguns Estados-membros e sobre a qual a Comissão Europeia iniciou um processo de averiguações quanto à sua conformidade com a legislação europeia neste domínio.

A este respeito, assinalou que no âmbito da reunião do Trio havida em Copenhaga nos dias 24 e 25 de Janeiro de 2011, havia já expressado a posição do Parlamento húngaro: não seria pertinente discutir esta temática neste momento, dado que a Comissão Europeia e o Governo húngaro estão a discutir a questão ao mais alto nível e, previsivelmente no início de Março, a lei será alterada de modo a clarificar a sua conformidade com a legislação europeia. Como tal, qualquer debate paralelo neste momento poderia ser contraproducente.

O Presidente da CAE húngara não se referiu à carta enviada pelo signatário<sup>6</sup>, enquanto Presidente da CAE da AR, solicitando que seja debatida a participação dos PN no actual processo simplificado de alteração do Tratado sobre o Funcionamento da UE (Artigo 136º). Segundo foi possível apurar informalmente, a Presidência considerou que o debate desta temática já não poderia ser realizado em tempo útil, pois é esperado que a decisão seja adoptada em Março pelo Conselho.

Em seguida, colocou à consideração dos Presidentes da COSAC o projecto de agenda para a XLV COSAC<sup>7</sup>, que se realizará entre os dias 29 e 31 de Maio de 2011, em Budapeste, que foi aprovado por consenso.

Como informação final, e dado que o mandato do actual membro permanente da COSAC expira no final de 2010, assinalou que seria enviada uma carta a todos os Parlamentos a propósito do actual sistema de co-financiamento.

## **2. As prioridades da Presidência húngara do Conselho da UE**

O painel seguinte teve como interveniente o Ministro dos Negócios Estrangeiros (MNE) húngaro, Guanos Martini, que apresentou as prioridades da Presidência Húngara:

- Gestão da crise económica e financeira.
- Europa mais forte, mais profunda.
- Uma União mais próxima dos cidadãos.

---

<sup>4</sup> Esta questão deve merecer particular atenção por parte da AR, no caso de as propostas visarem a limitação das línguas ao Francês e Inglês em todas as reuniões da COSAC, incluindo as Plenárias.

<sup>5</sup> <http://www.cosac.eu/fr/meetings/Budapest/chairs/outline.pdf/>

<sup>6</sup> <http://www.cosac.eu/fr/meetings/Budapest/chairs/pt.pdf/>

<sup>7</sup> <http://www.cosac.eu/fr/meetings/Budapest/chairs/XLVagenda.pdf/>

- Alargar com responsabilidade e comprometer-se na esfera global.

Sublinhou que o conteúdo de cada uma destas prioridades é muito importante, mas que a forma e o método de actuação são igualmente fundamentais. Neste contexto, lembrou a evolução registada no papel desempenhado pela Presidência rotativa do Conselho, desde a entrada em vigor do Tratado de Lisboa. Assim sendo, realçou que a Presidência húngara dedica particular atenção ao relacionamento interinstitucional ao nível da UE para o sucesso destas prioridades.

Recordou, em seguida, o lema da Presidência: *uma Europa forte, com um toque humano*. Para tal, a União precisa de instituições fortes e que cooperem entre si, de Estados-membros com economias fortes e estáveis financeiramente e, por fim, de políticas fortes a nível europeu.

Em matéria de políticas, assinalou que o desafio fundamental com que a Europa se confronta é o da economia. Neste âmbito, há vários elementos inter-relacionados: a estratégia UE2020, o semestre europeu, os seis textos legislativos do pacote de governação económica, que a Presidência quer adoptar até final de Junho, bem como a alteração do Tratado sobre o Funcionamento da UE relativamente à criação permanente do Fundo Europeu de Estabilidade Financeira, que deverá ser aprovada em Março.

No que concerne às políticas em concreto, começou por realçar o domínio energético, aludindo ao Conselho Europeu do passado dia 4 de Fevereiro e aos objectivos aí reiterados: um mercado europeu de energia interligado até 2014, o fortalecimento da sua dimensão externa, o investimento num espaço europeu de investigação, bem como a promoção de um mercado integrado do conhecimento.

Por outro lado, em termos de Política de Coesão, salientou que as propostas legislativas que vierem a ser apresentadas deverão respeitar o carácter horizontal desta política.

Relativamente ao Quadro Financeiro Plurianual, notou que é uma questão que ainda não está formalmente na agenda, mas cujo debate já se iniciou. Sobre esta matéria, afirmou que a substância das políticas e a identificação das áreas prioritárias deve preceder o debate sobre os montantes envolvidos. Além disso, permanece ainda em aberto a questão da duração, pois poderá ser mantida a actual estrutura de 7 anos, uma redução deste período para 5 anos ou, ainda, um quadro de 5 anos, com uma revisão intercalar, seguido de mais 5 anos. A Comissão Europeia deverá apresentar a sua Comunicação sobre esta matéria em Junho.

Quanto a outras políticas, destacou a revisão da Política Agrícola Comum (PAC) e a atenção que a UE deve dedicar aos desafios globais, a estratégia de integração dos Roma, a estratégia para a região do Danúbio, bem como os avanços em matéria de alargamento, com a previsível conclusão das negociações de adesão com a Croácia.

No período de debate que se seguir, o signatário usou da palavra para questionar o MNE húngaro sobre a proposta de revisão simplificada do TFUE, no que concerne ao artigo 136.º, considerando ter dúvidas sobre a real necessidade de tal alteração. Além disso, considerou que a ausência de envolvimento dos Parlamentos nacionais (PN) neste primeiro processo de revisão de uma política do Tratado de Lisboa é algo difícil de explicar aos cidadãos.

Na resposta, o MNE húngaro considerou haver base jurídica para proceder a esta revisão simplificada do TFUE, por um lado, e necessidade de o fazer, para alguns Estados-membros. Acrescentou que não se trata de acrescentar competências à UE, e que esta abordagem é a melhor forma de conseguir um arranjo intergovernamental que permita adoptar uma decisão até Março, trazendo assim estabilidade financeira à UE.

### **3. O programa de trabalho da Comissão para 2011**

O painel seguinte teve como orador o Vice-Presidente da Comissão Europeia responsável pelas relações com os PN, Maroš Šefčovič, que começou por realçar que o ano de 2010 ficou marcado por ter sido um dos mais difíceis e exigentes da história da integração europeia, mas também um momento em que a União manifestou uma forte determinação política em superar os desafios.

Por outro lado, notou que o ano de 2011 está a começar com sinais positivos, ao nível dos mercados, mas há muitos desafios a superar. Neste contexto, reiterou o pedido que a Comissão Europeia tem feito aos PN, no sentido de se envolverem nos debates e na definição das políticas, de serem focados e cirúrgicos nas suas áreas de intervenção, e de terem capacidade de diálogo e cooperação interinstitucional.

Em termos numéricos, desde o início do processo de diálogo político da Comissão Europeia com os PN, em 2006 (iniciativa Barroso), foram enviadas para a Comissão mais de duzentas opiniões de Parlamentos/Câmaras Parlamentares, dos quais trinta e três suscitaram questões de subsidiariedade (com especial destaque para a proposta relativa aos trabalhadores sazonais, com oito opiniões negativas, mas igualmente oito positivas).

É natural que haja alguma expectativa sobre a possibilidade de alguma vez virem a ser accionados os mecanismos previstos no Protocolo 2 anexo ao Tratado de Lisboa (*cartões amarelo e laranja*), mas que se Comissão fizer bem o seu trabalho, tal terá menos probabilidades de vir a acontecer.

A este respeito, referiu que a Comissão Europeia acolhe de forma positiva as sugestões feitas vários PN, no sentido de que os memorandos explicativos das propostas apresentadas por esta instituição possam ser o mais detalhado possível em matéria de subsidiariedade.

Em seguida, apresentou uma série de sugestões concretas visando um envolvimento mais activo dos PN no seu diálogo com a Comissão Europeia.

Em primeiro lugar, seria importante que os PN pudessem apresentar as suas sugestões relativamente às áreas que considerem prioritárias e estratégicas para o trabalho da Comissão nos anos vindouros. Com efeito, através do *rolling plan* da Comissão Barroso II, é possível identificar quais são as áreas de actuação até final do mandato. Assim sendo, os PN podem efectuar uma abordagem prospectiva, não se focando apenas no Programa de Trabalho da Comissão para cada ano, mas na sua programação estratégica no médio prazo.

Por outro lado, no que diz concreto a dossiês legislativos já em curso, o acompanhamento das respectivas negociações pelos PN é fundamental, tendo em vista a futura implementação da legislação de forma correcta. A este respeito, deu alguns exemplos concretos: a reforma do sector financeiro, a directiva sobre as agências de notação de crédito, e a directiva sobre os requisitos de capital.

Neste domínio ainda, lembrou o processo dinâmico em curso no que diz respeito à Lei do Mercado Único (*Single Market Act*), e as várias dimensões envolvidas: energia, liberdade de circulação de trabalhadores, a regulamentação de profissões, ou os serviços electrónicos. Para a Comissão Europeia, é muito importante conhecer as posições dos PN quando às prioridades para os próximos anos, de modo a que o planeamento seja estratégico e orientado. A este respeito, cabe aos PN assegurar que os Governos estão preparados e comprometidos nas negociações a nível europeu, dando como exemplo os Programas Nacionais de Reformas no âmbito do semestre europeu. Só assim se poderá obter o nível adequado de ambição para alcançar os objectivos a que a União se propõe em matéria de crescimento inteligente, sustentado e inclusivo.



No período de debate que se seguiu, é de registar a intervenção do Presidente da Comissão de Assuntos Constitucionais (AFCCO) do PE, Carlo Casini, que considerou que o papel dos PN é exclusivamente o de controlar e fiscalizar os seus governos e que não devem, por conseguinte, estabelecer e desenvolver contactos e relações com as instituições europeias.

Ainda neste período de debate, o signatário colocou algumas questões ao Vice-Presidente da Comissão Europeia. Começando por considerar que o processo de tomada de decisão a nível europeu deve ser respeitado nos termos constantes no Tratado de Lisboa, assinalou que os tempos recentes têm sido pródigos em inovações procedimentais a este respeito, que tornam difícil perceber a que nível efectivamente é que as decisões são tomadas. Reafirmou o empenho e o compromisso da Assembleia da República neste processo de diálogo político, mas notou que é essencial que os PN sejam vistos como verdadeiros actores neste contexto.

Assim sendo, foram colocadas duas questões concretas. Em primeiro lugar, e reprimando a temática já abordada com o MNE húngaro, sobre a proposta de revisão simplificada do TFUE, no que concerne ao artigo 136.º, reafirmaram-se as dúvidas sobre a real necessidade de tal alteração, e reiteraram-se as preocupações com a ausência de envolvimento dos Parlamentos nacionais (PN) neste processo.

Por fim, sobre o semestre europeu, afirmou que ainda subsiste alguma confusão sobre o real papel que os PN podem desempenhar neste contexto.

Na resposta, o Vice-Presidente da Comissão Europeia começou por destacar o papel activo que tem vindo a ser desempenhado pela AR nos últimos anos no plano europeu.

Quanto às questões concretas, e começando pela revisão do artigo 136º do TFUE, considerou que tal alteração é essencial em alguns Estados-membros, de modo a conferir segurança jurídica aos mecanismos a implementar, evitando assim que a sua fundamentação legal possa vir a ser disputada posteriormente. Relembrou que não há transferência de competências para a União e que este procedimento é a única forma de garantir que o Fundo estará em vigor em 2013. Neste contexto, convidou os PN a debater estas questões internamente e com os seus Governos antes de Março.

Relativamente à participação no semestre europeu, assinalou que é fundamental que os PN se envolvam no debate sobre o que devem ser os parâmetros europeus para o crescimento, emprego e consolidação das finanças públicas, convidando os respectivos Ministros a irem aos Parlamentos explicar de que modo estão a preparar as suas opções estratégicas em matéria de Programa Nacional de Reforma e, posteriormente, em termos de orçamentos nacionais. Assim, assegurarão que os Governos adoptam, efectivamente, agendas nacionais ambiciosas.

O Deputado Richárd Höröcsik encerrou os trabalhos, informando que a Presidência húngara organizará a XLV COSAC entre os dias 29-31 de Maio de 2011, em Budapeste.

O Presidente da Comissão

(Vitalino Canas)

SECRETARIAT GÉNÉRAL

Direction des  
Relations interinstitutionnelles

RUE DE LA LOI, 175  
B - 1048 BRUXELLES



Bruxelles, le 17 février 2011

### NOTE D'INFORMATION

**Objet :** Réunion des Présidents des Commissions des affaires européennes -  
Budapest, 10-11 février 2011.

1. Les Présidents des Commissions des Affaires européennes<sup>8</sup> des parlements nationaux et les représentants du Parlement européen se sont réunis les 10 et 11 février 2011, sous la présidence de M HÔRCSIK (HU), en vue de préparer le programme de la XLVe COSAC qui devra se tenir le 29-31 mai 2011 à Budapest. La réunion a été accueillie par M. KÔVER, président de l'Assemblée nationale hongroise. La synthèse du 15<sup>e</sup> rapport semestriel de la COSAC sur les procédures et les pratiques soumises aux parlements a été approuvée.
2. Suite à la réunion de la Troika présidentielle, M. HÔRCSIK a annoncé que le projet l'ordre du jour pour la XLVe COSAC sera finalisé moyennant certaines clarifications : M. SEFCOVIC fera une présentation au nom de la Commission pour le point relatif à la gouvernance économique à la place de M. BARROSO, le point relatif au

---

<sup>8</sup> Des parlementaires provenant des pays candidats (Croatie, FYROM, Islande, Montenegro, Turquie) ont assisté en tant qu'invités spéciaux.

règlement de la COSAC ne portera pas sur des points des principes mais sera limité aux questions techniques seulement et en ce qui concerne le point relatif au débat sur l'Etat de l'Union les orateurs ne sont pas encore confirmés. Le Président a informé que M. CASINI (PE) a demandé d'ajouter deux points à l'ordre du jour (droit de religion et procédure électorale unique) qui n'ont pas pu être acceptés. M. Vucovic (ME), Président de la Commission des relations internationales et de l'intégration européenne, a remercié le président des mots de bienvenue pour la délégation de Montenegro. Suite à l'annonce de M. HÖRSCIK qu'une modification de loi sur les médias aurait lieu prochainement conformément aux recommandations de la Commission européenne, Mme Kjer Hansen (DK) a salué le fait que l'Assemblée nationale hongroise pourrait bientôt modifier la loi sur les médias.

3. Les priorités de la présidence hongroise ont été présentées par M. MARTONY, ministre des affaires étrangères, qui a en outre souligné l'intérêt pour les citoyens d'une bonne coopération entre les institutions et il a ajouté que la présidence s'efforcera de mener une coopération efficace avec le Parlement européen. Sur la crise économique, le ministre a réitéré l'intention de la présidence de faire adopter par le Conseil d'ici la fin du mois de juin les six propositions législatives sur la gouvernance économique. Il a en outre évoqué la modification du traité, la décision du Sommet relative à l'énergie, la stratégie sur les Roms, la stratégie sur le Danube (six pays tiers seront inclus dans la coopération régionale), l'élargissement, le renforcement des relations avec les six pays du Partenariat oriental. En répondant à M.M. MIHKELSON (EE) et ARIAS(ES) qui ont évoqué la situation en Egypte, le ministre a souligné que la décision appartenait au peuple égyptien et que la transition devait aboutir sans violence à des élections libres. En répondant à M. SORAVILLA (ES), Mme PANAYOTOVA(BG), M.MARTINEZ(EP) le ministre a souligné l'importance que la présidence attache à l'élargissement de l'espace Schengen à la Bulgarie et Roumanie. En répondant à M. LAVTIZAR BEBLER (SI) qui a évoqué l'adhésion de FYROM et à M. OYMEN (TR) qui a évoqué les chapitres de négociation qui sont bloqués, le ministre a exprimé le souhait de la présidence que tous les pays candidats puissent faire un pas en avant. Il a exprimé le désir de ne pas voir le processus de l'élargissement ralenti par des débats bilatéraux. Il a affirmé

que les négociations avec la Croatie sont à un stade final. En répondant à MM BIZET (FR) et LIEGIS (LV) qui ont évoqués les paiements directs, le ministre a souligné que la politique agricole commune doit être préservée et financée de manière efficace et appropriée. En répondant à M.CASH (UK) et M. CANAS (PT) qui ont évoqué des doutes sur la modification du traité et l'absence d'un rôle à jouer par les parlements nationaux, le ministre a précisé que cette décision garantissait la plus grande sécurité juridique.

4. M. SEFCOVIC a présenté des données concernant les avis reçus par les parlements nationaux en 2010. La Commission a reçu 200 avis dont 33 ont exprimé des préoccupations quant à la subsidiarité. La proposition la plus discutée a été celle de "travailleurs saisonniers" qui a reçu 8 avis positifs et 8 avis négatifs. Il a souligné l'importance que la Commission attache à recevoir les commentaires des parlements nationaux et à répondre à toutes les préoccupations exprimées. Il a précisé que actuellement la motivation de la Commission sur la subsidiarité apparaît dans la partie "impact assessment" de chaque proposition mais M. SEFCOVIC souhaiterait qu'elle soit partie de l'exposé des motifs. Sur les propositions du Président BARROSO concernant l'implication de la COSAC dans les discussions sur le programme d'action de la Commission, M. SEFCOVIC a appelé à une intensification du dialogue politique entre la Commission et les parlements nationaux. La Commission encourage la COSAC de tenir un débat annuel de politique générale lors de sa session du printemps en vue de permettre de présenter la contribution de la COSAC à temps pour la préparation du débat sur l'état de l'Union et le programme d'action de la Commission. Sur la gouvernance économique, les parlements nationaux devraient faire pleinement usage de leur rôle dans le processus législatif de l'UE et dans la détermination des positions nationales en vue de former la position du Conseil. dans ce contexte, la proposition du commissaire O. REHN de tenir une conférence conjointe EP et parlements nationaux pour présenter le "Annual Growth Survey" a été évoquée.

M.Wittbrodt (PL) a soulevé la question d'actes délégués qui ne sont pas soumis au contrôle de subsidiarité. Il a souligné qu'en l'absence d'une définition de ce qui est





essentiel ou pas, ce débat devrait avoir lieu au cas par cas mais il n'y a aucun critère à disposition.. Les propositions de la Commission relatives aux standards de commercialisation et le financement de la politique agricole posent à cet égard beaucoup de difficultés. En réponse M. SEFCOVIC a rappelé que les actes quasi-législatifs ont été prévus pour permettre l'adoption des décisions rapidement quand des nouvelles informations imposent d'agir. Il appartient au Conseil et au Parlement de se prononcer dans une période des trois mois. Il a précisé qu'il comprend la situation pour les parlements nationaux et la Commission cherchera une solution. En réponse à M. CANAS (PT) qui s'est référé à l'absence de rôle pour les parlements nationaux quant à la modification envisagée du traité, M. SEFCOVIC a souligné le besoin de sécurité juridique et l'importance que certains EM attachent pour que ceci soit reflété dans le traité. Il a assuré que cette modification ne comporte aucun transfert des compétences à l'UE.